



Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, o Eminente Desembargador Mário Parente Teófilo Neto, presidente da câmara, determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara, em razão das férias da Exma. Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães – relatora do recurso

10) - Adiado o julgamento do **Recurso em Sentido Estrito N.º 0022823-20.2023.8.06.0001** de relatoria da Exma. Sra. Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, o Eminente Desembargador Mário Parente Teófilo Neto, presidente da câmara, determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara, em razão das férias da Exma. Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães – relatora do recurso

11) - Adiado o julgamento do **Recurso em Sentido Estrito N.º 0007683-54.2011.8.06.0101** de relatoria da Exma. Sra. Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, o Eminente Desembargador Mário Parente Teófilo Neto, presidente da câmara, determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara, em razão das férias da Exma. Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães – relatora do recurso

12) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0050397-91.2018.8.06.0001** de relatoria da Exma. Sra. Desa. Lira Ramos de Oliveira, vez que após anunciado o presente processo, a Eminente Desembargadora Relatora determinou seu adiamento para a sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara do dia 24/09/2024.

13) - Adiado o julgamento do **Recurso em Sentido Estrito N.º 0000522-48.2024.8.06.0000** de relatoria da Exma. Sra. Desa. Lira Ramos de Oliveira, vez que após anunciado o presente processo, a Eminente Desembargadora Relatora determinou seu adiamento para a sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara do dia 24/09/2024.

14) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0000159-56.2019.8.06.0123** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após anunciado o presente processo, o Eminente Desembargador Relator determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (24/09/2024).

15) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0169035-88.2015.8.06.0001** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após anunciado o presente processo, o Eminente Desembargador Relator determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (24/09/2024).

16) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0201822-26.2022.8.06.0293** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após anunciado o presente processo, o Eminente Desembargador Relator determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (24/09/2024).

17) - Adiado o julgamento da **Agravo de Execução Penal N.º 8006050-55.2023.8.06.0001** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após anunciado o presente processo, o Eminente Desembargador Relator determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (24/09/2024).

18) - Adiado o julgamento do **Recurso em Sentido Estrito N.º 0239222-43.2023.8.06.0001** de relatoria da Exma. Sra. Desa. Sílvia Soares de Sá Nóbrega, vez que após anunciado o presente processo, a Eminente Desembargadora Relatora determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (24/09/2024)

RETIRADA DE MESA/PAUTA:

01) - Adiado o julgamento do **Habeas Corpus Criminal N.º 0632212-46.2024.8.06.0000** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto, vez que após anunciado o presente processo, o Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto – relator do recurso, o retirou de mesa, em razão do seu julgamento monocrático.

02) - Adiado o julgamento do **Habeas Corpus Criminal N.º 0633594-74.2024.8.06.0000** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após anunciado o presente processo, o Exmo. Sr. Francisco Carneiro Lima – relator do recurso, o retirou de mesa, em razão do seu julgamento monocrático.

03) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0012427-60.2017.8.06.0173** de relatoria da Exma. Sra. Desa. Sílvia Soares de Sá Nóbrega, vez que após anunciado o presente processo, a Exma. Sra. Desa. Sílvia Soares de Sá Nóbrega – relatora do recurso, o retirou de pauta.

REGISTROS/CONSIGNAÇÕES

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 16h05min, do que para constar eu, César Augusto Rocha de Lima, matrícula 51791, digitei a presente ata. Subscribo e assino: _____ Larissa Sales Sacramento – Matrícula 51444 – Coordenadora da Primeira Câmara Criminal. Conforme: _____ Desembargador Mário Parente Teófilo Neto – Presidente da Primeira Câmara Criminal do E. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Bela. LARISSA SALES SACRAMENTO
Coordenadora da 1ª Câmara Criminal
Matrícula 51444 TJCE

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CRIMINAL
Telefone: (85) 98238.9722 (whatsapp. Inativo para ligações)
E-mail: camcrim1@tjce.jus.br

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA N.º 34 DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, EM 24 DE SETEMBRO DE 2024.

PRESIDÊNCIA: O Exmo Sr. Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

COORDENADORA: Bela. Larissa de Sales Sacramento

PRESENTE: O Exmo Sr. Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, a Exma. Sra. Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, a Exma. Sra. Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, o Exmo Sr. Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA e a Exma Sra. Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, bem como o Exmo. Sr. Dr. Alcides Jorge Evangelista - Procurador de Justiça do Estado do Ceará. Presente ainda o Exmo. Sr. Dr. Antônio Coelho Filho – Defensor Público Estadual. Após os cumprimentos de estilo, foi aberta a sessão às 14h14min, e, em seguida, aprovada, por unanimidade a Ata da Sessão Ordinária N.º 33 do dia 17 de setembro de 2024.

- JULGAMENTOS -

01 - Habeas Corpus Criminal N.º 0632818-74.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte



Impetrante: Thiago Bezerra Tenório da Silva
Paciente: Maria Eduarda Lima do Nascimento
Paciente: Katiana Lima Rodrigues
Paciente: José Luiz de Sousa
Paciente: Cristiano Lima do Nascimento
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ*, mas para denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Relator”.

02 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633183-31.2024.8.06.0000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Paciente: Antônio Marcos da Silva Júnior
Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ*, mas para denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Relator”.

03 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633339-19.2024.8.06.0000 - 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: João Ítalo Faustino Umbelino
Paciente: Lucas César Gomes Silva
Impetrado: Juiz de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do *writ*, para, nesta extensão denegar a ordem, nos termos do voto do Relator”.

04 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633618-05.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de São Benedito

Impetrante: Douglas Diniz Queiroz Pinheiro
Paciente: Francisco Yago Marques Gonçalves
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Benedito
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do *writ*, para denegar a ordem, nos termos do voto do Relator”.

05 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633771-38.2024.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Tianguá

Impetrante: Ruan da Silva Cardoso
Paciente: Eduardo Rodrigues Alves
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Tianguá
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ*, mas para denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Relator”.

06 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634028-63.2024.8.06.0000 - 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Antônio Carlos Araújo Arruda Prado
Paciente: Antônio Campos dos Santos
Impetrado: Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do presente *habeas corpus*, para CONCEDER A ORDEM, ratificando a liminar anteriormente concedida, aplicando-se as medidas cautelares previstas no art. 319, I, IV, V e IX do CPP, se por outro motivo não estiver preso, nos termos do voto do Relator”.

07 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634058-98.2024.8.06.0000 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Paciente: Lúcio de Sousa Silva
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu deste *Habeas Corpus*, mas para denegar a ordem, nos termos do voto do Relator”.

08 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634147-24.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Paciente: Leonardo Borges Freitas
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ*, contudo para denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Relator”.

09 - Habeas Corpus Criminal Nº 0631426-02.2024.8.06.0000 - 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Francisco Antônio Queiroz dos Santos
Paciente: Ramon Silva de Brito
Impetrado: Juiz de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e denegou a ordem, nos termos do voto da Relatora”.

**10 - Habeas Corpus Criminal Nº 0631577-65.2024.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Ubajara**

Impetrante: Antônio Abel Martins Feitosa

Paciente: João Paulo Lourenço de Paiva

Advogado: Antônio Abel Martins Feitosa

Advogado: Herickson José Coelho Monte

Advogado: Francisco Edson de Sousa Pereira

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ubajara

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES**Decisão:** "A Turma, por unanimidade, não conheceu o presente *mandamus*, nos termos do voto da Relatora".**11 - Habeas Corpus Criminal Nº 0631782-94.2024.8.06.0000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza**

Impetrante: Francisca Solange Sales dos Santos

Paciente: Renato Rodrigues da Silva

Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES**Decisão:** "A Turma, por unanimidade, conheceu e denegou a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora".**12 - Habeas Corpus Criminal Nº 0631821-91.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza**

Impetrante: Jonatas Coutinho Campelo

Paciente: Gildênio da Silva Pinheiro

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES**Decisão:** "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente o presente *mandamus* e, na extensão conhecida denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora".**13 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632111-09.2024.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Tianguá**

Impetrante: José Erivaldo Campos Oliveira

Paciente: Naélia Mesquita Pereira

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Tianguá

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES**Decisão:** "A Turma, por unanimidade, conheceu da ordem de *habeas corpus*, mas para denegá-la, nos termos do voto da Relatora".**14 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632222-90.2024.8.06.0000 - 14ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza**

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Luís Carlos Santos Silva

Impetrado: Juiz de Direito da 14ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES**Decisão:** "A Turma, por unanimidade, conheceu e denegou a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora".**15 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632427-22.2024.8.06.0000 - 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia**

Impetrante: Joéliton Oliveira Fulgêncio

Paciente: F. A. de H. O.

Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES**Decisão:** "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente o presente *mandamus*, para na extensão conhecida denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora".**16 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632539-88.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Pacatuba**

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: G. G. de O.

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pacatuba

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES**Decisão:** "A Turma, por unanimidade, conheceu o presente Habeas Corpus e concedeu a ordem, substituindo a prisão preventiva do paciente pelas medidas cautelares elencadas nos incisos I, III e IV do artigo 319 do CPP, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, sem prejuízo de renovação caso seja demonstrada a necessidade, mediante decisão fundamentada da autoridade coatora. Determino ainda que o paciente apresente comprovante de endereço fixo para o juízo de primeiro grau, para que possa receber as notificações judiciais referentes ao Processo. Decido, desde já, que se expeça e se cumpra o alvará de soltura em favor do paciente, na forma e no prazo do art. 6º, § 1º, da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o devido registro no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), pondo-o em liberdade, salvo se por outro motivo não estiver preso e, no caso de impossibilidade técnica, comunique-se imediatamente a presente decisão ao juiz de piso, a fim de que expeça o alvará e dê cumprimento a ordem de soltura no prazo de 24 (vinte quatro) horas, nos termos do voto da Relatora".**17 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632585-77.2024.8.06.0000 - 5ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza**

Impetrante: Ian Belém Falcão

Paciente: Francisco Walbert Bezerra da Silva

Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES**Decisão:** "A Turma, por unanimidade, denegou a ordem, nos termos do voto da Relatora".**18 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632695-76.2024.8.06.0000 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza**

Impetrante: Carlos Henrique Nunes de Menezes



Paciente: J. W. A. de S.

Advogada: Catarine de Marilac Martins da Silva

Advogado: Dayvid Martins Correia

Impetrado: Juiz de Direito da 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da ordem de *habeas corpus*, mas para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

19 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632696-61.2024.8.06.0000 - 14ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Francisco Fernando Castro Saraiva Leão

Paciente: Ícaro Yure Menezes Silva

Impetrado: Juiz de Direito da 14ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do presente *habeas corpus*, para na extensão conhecida denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora”.

20 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632840-35.2024.8.06.0000 - 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Impetrante: Aline Caetano de Souza

Paciente: Clerton Alves dos Santos

Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora”.

21 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632877-62.2024.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Jijoca de Jericoacoara

Impetrante: Francisco Daniel do Nascimento Queiroz

Paciente: Francisco Walison de Sousa Barbosa

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Jijoca de Jericoacoara

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, não conheceu o presente *mandamus*, nos termos do voto da Relatora”.

22 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632893-16.2024.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Jaguaruana

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: F. R. B. da S.

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Jaguaruana

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente o presente *mandamus*, para na extensão conhecida denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora”.

23 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633071-62.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Henrique Magalhães Coutinho Mota

Paciente: Adya Mendonça e Tupinambá

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, não conheceu o presente *mandamus*, nos termos do voto da Relatora”.

24 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633083-76.2024.8.06.0000 - 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Francisco Roberto Castelo Branco Pereira Filho

Paciente: Michael Henrique de Moraes Pereira

Impetrado: Juiz de Direito da 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu de *habeas corpus*, mas para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

25 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633112-29.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Impetrante: Francisco José Mendes Vasconcelos

Paciente: Aline Érika Lopes Bié

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente o presente *mandamus*, para na extensão conhecida denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora”.

26 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633138-27.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Beberibe

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Yuri da Silva Ramalho

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Beberibe

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, denegou a ordem, e de ofício, para assegurar ao paciente sua imediata colocação no regime semiaberto, enquanto aguarda o trânsito em julgado da condenação, determinou confecção da guia de execução provisória devendo o juízo impetrado proceder à sua imediata expedição, nos termos do voto da Relatora”.

27 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633374-76.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Beberibe

Impetrante: Francisco Magno Silva Oliveira

Paciente: Rennan Matheus de Sousa Pequeno



Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Beberibe

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu da ordem de *habeas corpus*, mas para denegar-lhe, nos termos do voto da Relatora".

28 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633412-88.2024.8.06.0000 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Alexandro da Silva

Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente o presente *mandamus*, para na extensão conhecida denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora".

29 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633479-53.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Impetrante: Aline Cynara Maia Queiroz

Paciente: Lucas Félix da Costa

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente o presente *mandamus* e, na extensão conhecida, denegou-lhe a ordem, nos termos do voto da Relatora".

30 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633524-57.2024.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Itarema

Impetrante: Edinaldo Barroso Galvão

Paciente: Francisco Walison da Silva Rodrigues

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Itarema

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Turma, por unanimidade, denegou a ordem, nos termos do voto da Relatora".

31 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633688-22.2024.8.06.0000 - 6ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: João Luiz Cardoso Neto

Paciente: Márcia Danielle Alves Carvalho

Impetrado: Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Turma, por unanimidade, denegou a ordem, nos termos do voto da Relatora".

32 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633780-97.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Kayane Mônica Alencar de Sousa

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do presente *mandamus*, para denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora".

33 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633806-95.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Cascavel

Impetrante: José Natan Bezerra Lima Júnior

Paciente: Maria Rosalba Alves dos Santos

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Cascavel

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Turma, por unanimidade, não conheceu a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora".

34 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633813-87.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Beberibe

Impetrante: Carlos Giovane Barbosa Rebouças (OAB/CE 19.437)

Paciente: Carlos Giovane Barbosa Rebouças

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Beberibe

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Turma, por unanimidade, não conheceu o presente *mandamus*, nos termos do voto da Relatora".

35 - Habeas Corpus Criminal Nº 0000899-19.2024.8.06.0000 - 6ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Elir Andrade Saar Júnior

Paciente: Elir Andrade Saar Júnior

Impetrado: Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: "A Turma, por unanimidade, não conheceu do *writ*, nos termos do voto da Relatora".

36 - Habeas Corpus Criminal Nº 0629104-09.2024.8.06.0000 - 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Gabriela Costa de Queiroz

Paciente: Edilberto Rivera Andrade

Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do *writ* para, nesta extensão, denegá-lo, nos termos do voto da Relatora".

37 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633305-44.2024.8.06.0000 - 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza



Impetrante: Liduína Rocha Siebra

Paciente: José Werleson Sousa Ferreira

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, não conheceu do presente *writ*, nos termos do voto da Relatora”.

38 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633528-94.2024.8.06.0000 - 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Leonardo Cavalcanti de Aquino

Paciente: Denys Reuber de Negreiros Pinheiro

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente *Habeas Corpus* e concedeu a ordem para determinar que a autoridade impetrada aprecie o pedido de progressão de regime formulado pela defesa do paciente (mov. 130.1) nos autos de execução, no prazo de 10 (dez) dias, praticando, motivadamente, os atos que estejam inviabilizando o julgamento da pretensão, nos termos do voto da Relatora”.

39 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633596-44.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Horizonte

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Maria Clara Pereira de Lima

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Horizonte

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ* para denegar a ordem requestada. Não obstante, recomendou à autoridade impetrada que envide todos os esforços para que seja agendada e realizada a audiência de instrução e julgamento em data próxima, nos termos do voto da Relatora”.

40 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633759-24.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Joana Darc da Silva

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do *writ* para, nesta extensão, denegá-lo, nos termos do voto da Relatora”.

41 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634152-46.2024.8.06.0000 - 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Francisco Marcelo Brandão

Impetrante: Sônia Marina Chacon Brandão

Impetrante: Bruno Chacon Brandão

Paciente: Anderson Rodrigues da Costa

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do *writ* para, nesta extensão, denegá-lo. Não obstante, recomendou-se ao juízo de origem celeridade na apreciação do pedido de progressão de regime formulado pela defesa do apenado, nos termos do voto da Relatora”.

42 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634339-54.2024.8.06.0000 - 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Impetrante: Amílria Cardoso Menezes

Paciente: Anderson Pereira de Lima

Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ* para denegar a ordem requestada, nos termos do voto da Relatora”.

43 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634576-88.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Antônio Anderson Rodrigues Lopes

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ* para denegar a ordem requestada. Não obstante, recomendou-se à autoridade impetrada que envide todos os esforços necessários para a apresentação da perícia e conclusão dos autos para julgamento, nos termos do voto da Relatora”.

44 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634579-43.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Ian Parentes Lima

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ* para denegar a ordem requestada. Não obstante, recomendou-se ao juízo de origem celeridade na apreciação do pedido de progressão de regime formulado pela defesa do apenado, nos termos do voto da Relatora”.

45 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634583-80.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Mardeson Lucas Ferreira de Paiva

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral



Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ* para denegar a ordem requestada. Não obstante, recomendou-se à autoridade impetrada que envide todos os esforços necessários para a apresentação da perícia e conclusão dos autos para Julgamento, nos termos do voto da Relatora”.

46 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634586-35.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Francisco Kleuson Sales Liberato

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ* para denegar a ordem requestada. Não obstante, recomendou-se à autoridade impetrada que envide todos os esforços necessários para a apresentação da perícia e conclusão dos autos para Julgamento, nos termos do voto da Relatora”.

47 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633050-86.2024.8.06.0000 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Impetrante: Francisco Hélder Ribeiro de Albuquerque

Impetrante: Rafael Ramon Silva Lima Uchôa

Impetrante: Priscila Coelho Marques

Paciente: S. G. S. S.

Paciente: E. G. S. de S.

Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Corréu: L. M. S. M.

Corréu: B. R. de S. X.

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de *Habeas Corpus*, para denegá-la, nos termos do voto do Relator”.

48 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633322-80.2024.8.06.0000 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Ramon David Ferreira e Silva

Paciente: F. das C. do N. J.

Impetrado: Juiz de Direito da 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente impetração, mas para DENEGÁ-LA, mantendo-se a determinação da prisão cautelar do paciente, nos termos do voto do Relator”.

49 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633382-53.2024.8.06.0000 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Quixadá

Impetrante: Mário César Silveira Silva

Paciente: M. P. da C.

Impetrado: Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Quixadá

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU parcialmente da presente ordem de *Habeas Corpus*, para DENEGÁ-LA, na parte cognoscível, nos termos do voto do Relator”.

50 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633430-12.2024.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Eusébio

Impetrante: Kaio Galvão de Castro

Paciente: P. R. R. de M.

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Eusébio

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, julgou prejudicada a ordem impetrada, nos termos do voto do Relator”.

51 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633574-83.2024.8.06.0000 - 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Thiago Cavalcante da Costa

Paciente: Pedro Lucas da Silva Souto

Impetrado: Juiz de Direito da 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Corréu: Ryan Pereira de Oliveira

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da ordem impetrada, para CONCEDÊ-LA, e diante da certidão de trânsito em julgado, determinar a expedição da Guia de Recolhimento em favor do paciente, nos termos do voto do Relator”.

52 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633608-58.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Francisco Fábio Pereira do Nascimento

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente impetração, mas para DENEGÁ-LA, mantendo-se a determinação da prisão cautelar do paciente, nos termos do voto do Relator”.

53 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633726-34.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Carlos Tadeu Sampaio Neto

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará

Corréu: Erivan Jhonatan Cunha de Freitas

Corréu: Antônio Ivo Ferreira Alcântara



Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de *Habeas Corpus*, para denegá-la, nos termos do voto do Relator".

54 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633727-19.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Antônio Ivo Ferreira Alcântara

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de *Habeas Corpus*, para denegá-la, nos termos do voto do Relator".

55 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633794-81.2024.8.06.0000 - 1ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Camila de Sousa Aguiar

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU parcialmente da ordem impetrada, mas para DENEGÁ-LA, na extensão cognoscível, mantendo-se a determinação da prisão cautelar do paciente, nos termos do voto do Relator".

56 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633998-28.2024.8.06.0000 - 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Douglas Soares Carmerino

Impetrado: Juiz de Direito da 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente impetração, mas para DENEGÁ-LA, mantendo-se a determinação da prisão cautelar do paciente, nos termos do voto do Relator".

57 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634023-41.2024.8.06.0000 - 1ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Devylla Vitória Campos da Silva

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: "A Turma, por unanimidade, não conheceu da presente ordem de *Habeas Corpus*. Todavia, recomendou-se ao magistrado de piso que reavalie a necessidade de manutenção das medidas cautelares diversas impostas, notadamente o monitoramento eletrônico, nos termos do voto do Relator".

58 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634070-15.2024.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Santa Quitéria

Impetrante: Pedro Henrique Martins Mesquita

Impetrante: Ana Vitória Ferreira Vieira

Paciente: F. R. F. P.

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Santa Quitéria

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: "A Turma, por unanimidade, julgou prejudicada a presente impetração, nos termos do voto do Relator".

59 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634097-95.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Itaitinga

Impetrante: Gilson Sérgio Pereira Alves

Paciente: Antônio Santos do Nascimento

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: "A Turma, por unanimidade, NÃO CONHECEU do *writ*, nos termos do voto do Relator".

60 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634236-47.2024.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Baturité

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Marcos Antônio da Silveira Matias

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Baturité

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente impetração, mas para DENEGÁ-LA, mantendo-se a determinação da prisão cautelar do paciente, nos termos do voto do Relator".

61 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634244-24.2024.8.06.0000 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Paulo Roberto Mendes dos Santos

Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente impetração, mas para DENEGÁ-LA, mantendo-se a determinação da prisão cautelar do paciente, nos termos do voto do Relator".

62 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634333-47.2024.8.06.0000 - 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Impetrante: Amílria Cardoso Menezes

Paciente: Erik Costa de Lima

Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia



Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de *Habeas Corpus*, para denegá-la, nos termos do voto do Relator”.

63 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632328-52.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Impetrante: Jorge Luís Pereira

Paciente: M. F. da S.

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do *writ* para, na extensão cognoscível, DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

64 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632380-48.2024.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Monsenhor Tabosa

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Pedro Juscelino da Silva Rodrigues

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Monsenhor Tabosa

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ* e CONCEDEU a ordem pugnada, para conferir ao paciente Pedro Juscelino da Silva Rodrigues a liberdade provisória, mediante o relaxamento da prisão, com a imposição das medidas cautelares previstas no artigo 319, incisos I, III, IV, V e IX, do Código de Processo Penal. Expeça o setor competente Alvará de Soltura em favor do paciente para que, após a assinatura do termo de compromisso referente às medidas cautelares impostas, seja liberado, salvo se, por outro motivo, deva permanecer preso, nos termos do voto da Relatora.”

65 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632742-50.2024.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Várzea Alegre

Impetrante: Luana Lís Mineu Costa

Impetrante: José Celso Ferreira Araújo Torquato

Paciente: Lucas Felipe da Silva

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Várzea Alegre

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ* para DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

66 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633141-79.2024.8.06.0000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Dhiego Gonçalves Cavalcante

Paciente: Francisco Ferreira Pereira

Advogado: Dhiego Gonçalves Cavalcante

Advogado: Fúlvio Êmerson Gonçalves Cavalcante

Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ* para DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

67 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633291-60.2024.8.06.0000 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Impetrante: Raquel Maria Ferreira Paiva

Paciente: Francisco Arnaldo da Silva Gomes

Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ* para DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

68 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633292-45.2024.8.06.0000 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Impetrante: Raquel Maria Ferreira Paiva

Paciente: Anderson Souza Maurício

Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente *Habeas Corpus* e CONCEDEU a ordem pugnada, para conferir ao paciente a liberdade provisória, mediante o relaxamento da prisão, com a imposição das medidas cautelares previstas no artigo 319, incisos I, III, IV, V e IX, do Código de Processo Penal. Expeça o setor competente Alvará de Soltura em favor do paciente para que, após a assinatura do termo de compromisso referente às medidas cautelares impostas, seja liberado, salvo se, por outro motivo, deva permanecer preso, nos termos do voto da Relatora.”

69 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633589-52.2024.8.06.0000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Darliene Barbosa

Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ* para DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

70 - Habeas Corpus Criminal Nº 0633986-14.2024.8.06.0000 - 2º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Luana Oliveira de Queiroz, registrado civilmente como Raphael Lucas Oliveira de Queiroz



Impetrado: Juiz de Direito do 2º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do writ para DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar da paciente, nos termos do voto da Relatora.”

71 - Habeas Corpus Criminal Nº 0634187-06.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Fernando Felício da Silva

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do writ para DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

72 - Conflito de Jurisdição Nº 0000951-15.2024.8.06.0000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Suscitante: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Suscitado: Juiz de Direito da 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do conflito negativo de competência, declarando competente o Juízo suscitado da 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza, para processar e julgar o presente feito, nos termos do voto da Relatora”.

73 - Conflito de Jurisdição Nº 0000972-88.2024.8.06.0000 - 1º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Suscitante: Juiz de Direito do 1º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Suscitado: Juiz de Direito da 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Terceiro: J. I. F. da S.

Terceira: D. de C. R.

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, negou-se acolhimento ao conflito negativo para fixar a competência do juízo suscitante, ou seja do Juízo de Direito do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza/CE para apreciar e julgar o feito, nos termos do voto da Relatora”.

74 - Conflito de Jurisdição Nº 0000854-15.2024.8.06.0000 - 13ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Suscitante: Juiz de Direito da 13ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Suscitado: Juiz de Direito do 20º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza

Terceiro: Edson Alexandre do Nascimento

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Conflito Negativo de Jurisdição, para declarar competente para apreciação do feito sob nº 3000014-07.2023.8.06.0026, a Juíza de Direito do 20º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza, nos termos do voto da Relatora.”

75 - Conflito de Jurisdição Nº 0000956-37.2024.8.06.0000 - 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Suscitante: Juiz de Direito da 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Suscitado: Juiz de Direito do 8º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza

Terceira: Maria Valéria da Silva Moraes

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Conflito Negativo de Jurisdição, para declarar competente para apreciação do feito sob nº 3003754-82.2022.8.06.0001, o Juiz de Direito do 8º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza, nos termos do voto da Relatora.”

76 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0160845-34.2018.8.06.0001/50001 - 4ª Vara do Juri da Comarca de Fortaleza

Embargante: Carlos Augusto Pereira de Souza

Defensoria Pública do Estado do Ceará

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos presentes embargos de declaração, e acolheu-os parcialmente para esclarecer obscuridade constante do acórdão embargado, nos termos do art. 619 do CPP1, nos termos do voto do Relator”.

77 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0013259-32.2018.8.06.0182/50000 - 1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará

Embargante: J. A. da S.

Advogado: Francisco Alcimar dos Santos Gomes

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos Embargos Declaratórios, mas para rejeitá-los, por não estar presente qualquer hipótese do art. 619 do Código de Processo Penal, mantendo inalterado o acórdão proferido, nos termos do voto da Relatora”.

78 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0050169-17.2020.8.06.0076/50000 - Vara Única da Comarca de Farias Brito

Embargante: M. P. de B.

Advogado: Raimundo Nonato Silva Dias

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, negou provimento aos embargos, nos termos do voto do Relator”.



79 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0055075-39.2020.8.06.0112/50000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Embargante: José Luís Batista Pereira
Defensoria Pública do Estado do Ceará
Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e acolho os presentes Embargos de Declaração, dando-lhe efeitos modificativos, para corrigir o erro material constante no acórdão e modificar a dosimetria de pena de José Luís Batista Pereira, nos termos do voto da Relatora”.

80 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0003570-72.2019.8.06.0167/50000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Embargante: José Augusto de Castro Neto
Advogado: Oséas de Souza Rodrigues Filho
Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e os rejeitou, mantendo-se inalterado o acórdão por todos os seus termos, nos termos do voto da Relatora”.

81 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0011299-32.2017.8.06.0164/50000 - 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante

Embargante: Bruno Delgado da Silva
Embargante: Jamerson da Silva Barbosa
Advogada: Cíntia Eveline da Silva Pereira
Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, acolheu os Embargos de Declaração para sanar a omissão apontada para, integrando o decisório colegiado exarado às fls. 870/887, arbitrar honorários advocatícios em favor da defensora dativa Cíntia Eveline da Silva Pereira (OAB/CE 35.216) no valor de R\$1.000,00 (mil reais), a serem pagos pelo Estado do Ceará, nos termos do art. 22, § 1º, da Lei nº 8.906/1994, nos termos do voto da Relatora”.

82 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0202782-83.2023.8.06.0151/50000 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Embargante: F. G. de S.
Advogado: Felipe Teixeira Dobel Benigno
Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU dos embargos de declaração opostos e, REJEITOU-LHES, nos termos do voto do Relator”.

83 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0748716-84.2014.8.06.0001/50000 - 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Embargante: Erival Silva Gomes
Advogado: Mauro Júnior Rios
Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU dos embargos de declaração opostos e, NEGOU-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator”.

84 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0631205-19.2024.8.06.0000/50000 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Embargante: I. L. P.
Advogado: Asdrúbal Nascimento Lima Neto
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU dos Embargos de Declaração, mas os REJEITOU, a fim de manter, na íntegra, o Acórdão recorrido, nos termos do voto da Relatora.”

85 - Apelação Criminal N.º 0200281-29.2020.8.06.0001 – 2º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Apelante: V. A. de M.
Defensoria Pública do Estado do Ceará
Apelado: G. da C. N.
Advogada: Maria Betânia Sousa Loureiro
Advogada: Rômula Martiniano Muniz
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso do apelante, para declarar nula a decisão às págs. 273/278, devendo o juízo do 2º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza exarar nova decisão somente após a oitiva prévia da vítima, para que só assim possa manter, alterando ou revogando as medidas de proteção aplicadas, nos termos do § 6º do art. 19 da Lei nº 11.340/2006, nos termos do voto do Relator.”

86 - Apelação Criminal N.º 0276748-15.2021.8.06.0001 – 2ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza

Apelante: Reginaldo Alves da Silva
Advogado: Talvane Robson Mota de Moura
Advogado: Cícero Roberto Bezerra de Lima
Advogado: Roberto Levy da Silva Moraes
Advogado: Ygor Loés Herculanio,
Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará
Assistente: Hilda Helena dos Santos
Defensoria Pública do Estado do Ceará
Assistente: Felipe Freitas Monteiro



Advogado: João Agenor Silva Loiola

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Revisora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação, mantendo inalterada a sentença recorrida, nos termos do voto do Relator.”

87 - Apelação Criminal N.º 0184456-16.2018.8.06.0001 – 12.ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Apte/Apdo: D. A. C.

Defensoria Pública do Estado do Ceará

Apte/Apdo: Ministério Público Estadual.

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Revisora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso de apelação interposto por DANIEL ARAUJO CARVALHO para NEGAR-LHE PROVIMENTO, e para CONHECER do recurso de apelação interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, reformando a sentença recorrida para substituir a pena privativa de liberdade cominada ao acusado, redimensionando-a para 8 (oito) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze dias) de reclusão, em regime inicial fechado, nos termos do voto do Relator.”

88 - Apelação Criminal N.º 0202279-24.2023.8.06.0293 – Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Apelante: Edmilson da Silva Cardoso Júnior

Defensoria Pública do Estado do Ceará

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Revisora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação, mantendo inalterada a sentença recorrida, nos termos do voto do Relator.”

89 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0000903-46.2021.8.06.0296 5.ª Vara do Juri da Comarca de Fortaleza

Recorrente: Júlio César Silva de Souza

Advogada: Ana Flávia Martins Braga da Silva

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, em consonância com a conclusão lançada no parecer do Ministério Público de segundo grau, conheceu do recurso, para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

90 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0731935-84.2014.8.06.0001 – 3ª Vara do Juri da Comarca de Fortaleza

Recorrente: Edinardo Saraiva da Silva

Defensoria Pública do Estado do Ceará

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou pelo desprovimento do recurso, mantendo a decisão de pronúncia em todos os seus termos, conforme o voto da Relatora”.

91 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0022823-20.2023.8.06.0001 – Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará

Recorrido: Ralisson Raí Paiva do Nascimento

Advogado: Karen Cristina Marques Lima

Advogado: Graziela Cristine Cunha Bezerra

Recorrido: Micael Bruno dos Santos Feitosa

Advogado: Lucas Pinheiro Cavalcante Cidrão

Recorrido: Francisco Diego Felipe de Oliveira

Recorrido: Leonardo Costa da Silva

Recorrido: Francisco Wesley de Souza Costa

Recorrido: Aldenir Souza de Assis

Recorrido: Tiago Felipe dos Santos

Recorrido: Gabriel Rodrigues

Recorrido: Francisco Fabrício Lima Azevedo

Recorrido: Lucas Francisco Jacinto de Souza

Recorrido: Antonio Eduardo Silva Barros

Recorrido: Jonn Wesley Cordeiro Lima

Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, em consonância com o parecer da PGJ, conheceu do presente recurso em sentido estrito ministerial, para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

92 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0007683-54.2011.8.06.0101 – Vara Única Criminal da Comarca de Itapipoca

Recorrente: Francisco Josileudo Teixeira de Sousa

Advogado: José Hélio Arruda Barroso

Advogado: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado

Advogado: Eduardo Diogo Diógenes Quezado

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES



Decisão: “A Turma, por unanimidade, em consonância com a conclusão lançada no parecer do Ministério Público de segundo grau, conheceu do recurso, para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

93 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0000522-48.2024.8.06.0000 – 4ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza

Recorrente: Rafael Rocha de Sousa

Advogado: Igor Bento de Oliveira

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, conheceu do presente Recurso em Sentido Estrito, negando-lhe provimento e mantendo hígida a sentença de pronúncia, nos termos do voto da Relatora”.

94 - Apelação Criminal N.º 0000159-56.2019.8.06.0123 – 4ª Vara Criminal da Comarca de Sobral.

Apelante: G. S. C. de V..

Advogado: Rômulo Linhares Ferreira Gomes (OAB/CE: 17508).

Advogada: Renata Holanda de Azevedo (OAB/CE: 27356).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator”.

95 - Apelação Criminal N.º 0169035-88.2015.8.06.0001 – 2ª Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará - Comarca de Fortaleza.

Apelante: Carlos Alberto Lopes da Costa.

Advogado: José Wagner de Oliveira Braga (OAB/CE: 9552).

Apelante: Antônio Arildo Cordeiro.

Advogado: José Carneiro Rangel Júnior (OAB/CE: 17280).

Advogado: Francisco Igor Fonseca de Andrade (OAB/CE: 16126).

Apelante: Elias da Silva Mendes.

Advogada: Juliana Christina Anastácio Torres Lima do Nascimento (OAB/CE: 33785).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU dos recursos, para NEGAR-LHES PROVIMENTO, mantendo os termos estabelecidos na sentença condenatória prolatada, nos termos do voto do Relator”.

96 - Apelação Criminal N.º 0201822-26.2022.8.06.0293 – 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: Jucilene Abreu da Costa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para dar-lhe parcial provimento. Comunique-se imediatamente o juízo da execução o inteiro teor desta decisão, acerca das reformas realizadas na sanção imposta à recorrente, nos termos do parágrafo único do art. 1º, da Resolução nº 113/2010, do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto do Relator”.

97 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0239222-43.2023.8.06.0001 – 1ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: Roberto Ayrton Bezerra Ramos.

Advogado: Rogério Feitosa Carvalho Mota (OAB/CE: 16686).

Advogado: José Magno Vasconcelos Nascimento (OAB/CE: 39788).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Assistente: Enilda Cunha dos Reis.

Advogado: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB/CE: 3183).

Advogado: José Eliomar de Oliveira (OAB/CE: 37799).

Advogado: Marcelo Holanda Luz (OAB/CE: 11665).

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, em consonância com entendimento jurisprudencial dominante e com o Parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, CONHECEU do recurso para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume a decisão de pronúncia, nos termos do voto da Relatora.”

98 - Apelação Criminal N.º 0001316-45.2018.8.06.0173 - Vara Única Criminal de Tianguá.

Apelante: Carlos Bruno Ferreira de Araújo.

Advogado: José de Sales Neto (OAB/CE: 7328).

Advogado: Savigny Medeiros de Sales (OAB/CE: 31306).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER os recursos de Carlos Bruno Ferreira de Araújo, para DAR PARCIAL PROVIMENTO, reconhecendo a prescrição da pretensão punitiva do delito descrito no art. 129 do Código, assim como excluir a indenização referente à vítima José Ramos. Mas mantendo a pena de reclusão do apelante inalterada e manter indenização em favor da vítima Elissandro Gomes de Araújo inalterada, nos termos do voto do Relator.”

99 - Apelação Criminal N.º 0002804-60.2012.8.06.0168 – 1ª Vara da Comarca de Solonópole.

Apelante: C. R. da S..

Advogado: Pedro Henrique da Silva (OAB/CE: 40873).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.



Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso de apelação para REFORMAR a sentença condenatória e, bem assim, ABSOLVER o acusado Cristiano Rodrigues da Silva, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, nos termos do voto do Relator.”

100 - Apelação Criminal Nº 0003360-43.2015.8.06.0108 - Vara Única da Comarca de Jaguaruana.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Sílvia Helena Mateus do Nascimento.

Apelado: Silvânia Mateus do Nascimento.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos, conforme o voto do Relator.”

101 - Apelação Criminal Nº 0014476-91.2018.8.06.0156 - 1ª Vara da Comarca de Redenção.

Apelante: Luiz Antônio Rodrigues de Souza.

Advogado: Devgi Bruno de Sousa Teixeira (OAB/CE: 28804).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de conhecer parcialmente do recurso e, nessa extensão, dar-lhe provimento, redimensionando a pena definitiva para 4 (quatro) anos de reclusão, em regime aberto, pela prática do homicídio privilegiado (art. 121, § 1º, do CP). Expedindo-se e cumprindo-se o alvará de soltura em favor de Luiz Antônio Rodrigues de Souza diante da incidência da ilegalidade da manutenção da custódia cautelar, na forma e no prazo do art. 6º, § 1º, da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o devido registro no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), pondo-o em liberdade se por outro motivo não estiver preso e, no caso de impossibilidade técnica, comunique-se imediatamente a presente decisão ao juiz de primeiro grau, a fim de que expeça o alvará e dê cumprimento a ordem de soltura no prazo de 24 (vinte quatro) horas, nos termos do voto do Relator.”

102 - Apelação Criminal Nº 0020702-69.2017.8.06.0117 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú.

Apelante: Wesley Luís Oliveira Malagueta.

Advogado: Raphael Rocha Bandeira Barbosa (OAB/CE: 29529).

Advogado: David Alcântara Isidoro (OAB/CE: 29695).

Advogado: Luiz Carlos de Araújo Dantas Filho (OAB/CE: 37667).

Advogado: Alessandro de Azevedo Nogueira (OAB/CE: 22862).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação. De ofício, redimensionou a pena do apelante Wesley Luís Oliveira Malagueta para 4 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa, fixando o regime semiaberto para cumprimento inicial da reprimenda, nos termos do voto do Relator.”

103 - Apelação Criminal Nº 0023203-30.2016.8.06.0117 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú.

Apelante: A. da S. F..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso apelatório, a fim de (a) desclassificar a conduta o crime do art. 129, §9º, do CPB; (b) redimensionar a pena imposta na origem para 3 (três) meses de detenção; e, por consequência, (c) declarar extinta a punibilidade do réu pela Prescrição, nos termos do voto do Relator.”

104 - Apelação Criminal Nº 0034299-89.2022.8.06.0001 - 5ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Lucas da Silva Pereira.

Advogado: Lucas Arruda Rolim (OAB/CE: 30150).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação, mantendo inalterada a sentença recorrida, nos termos do voto do Relator.”

105 - Apelação Criminal Nº 0048601-75.2015.8.06.0064 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: José Tiago Barbosa Silva.

Advogada: Camila Costa de Albuquerque (OAB/CE: 21675).

Apelante: Francisco Cleiton do Nascimento das Neves.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER dos recursos, para DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO, reformando em parte a sentença vergastada, nos termos do voto do Relator.”

106 - Apelação Criminal Nº 0051168-71.2021.8.06.0128 - Vara Única Criminal de Morada Nova.

Apelante: J. A. de A. S..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso do J. A. de A. S., para NEGAR PROVIMENTO, mantendo a sentença vergastada incólume, nos termos do voto do Relator.”

**107 - Apelação Criminal Nº 0051699-59.2020.8.06.0075 - Vara Única Criminal de Eusébio.**

Apelante: Mateus Façanha Câmara.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso, para DAR-LHE PROVIMENTO, absolvendo-o do crime de tráfico de drogas, nos termos do art. 386, inciso VII do Código de Processo Penal, nos termos do voto do Relator.”

108 - Apelação Criminal Nº 0068448-58.2015.8.06.0001 - 7ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco de Assis de Castro Cunha.

Advogado: Edmar do Nascimento de Oliveira Júnior (OAB/CE: 49307).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso do apelante, absolvendo-o do decreto condenatório, nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, nos termos do voto do Relator.”

109 - Apelação Criminal Nº 0114281-60.2019.8.06.0001 - 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Gabriel de Aquino da Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER PARCIALMENTE o recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para alterar a penas imposta, nos termos do voto do Relator.”

110 - Apelação Criminal Nº 0151197-30.2018.8.06.0001 - 4ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Paulo Sérgio de Souza Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, redimensionamento a pena do apelante, em razão da aplicação da fração de ½ (metade) referente à tentativa (art. 14, II do CPB), mantidas as demais disposições da sentença, nos termos do voto do Relator.”

111 - Apelação Criminal Nº 0167977-11.2019.8.06.0001 - 7ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Júlio César Nascimento de Souza.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso do apelante, absolvendo-o do decreto condenatório, nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, nos termos do voto do Relator.”

112 - Apelação Criminal Nº 0200115-08.2022.8.06.0104 - Vara Única da Comarca de Itarema.

Apelante: I. A. S..

Advogado: Vito Gomes de Araújo (OAB/CE: 35875).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso e NEGOU-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume a sentença impugnada, nos termos do voto do Relator.”

113 - Apelação Criminal Nº 0201420-50.2024.8.06.0300 - Vara Única da Comarca de Jaguaruana.

Apelante: Francisco Anderson Silva Freitas.

Advogado: Carlos Jardel Sabóia Costa (OAB/CE: 47279).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER o recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, ficando mantidas as disposições da sentença, nos termos do voto do Relator.”

114 - Apelação Criminal Nº 0204332-54.2023.8.06.0300 - Vara Única Criminal de Maranguape.

Apelante: Júlio César Ricardo Farias.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso do apelante, nos termos do voto do Relator.”

115 - Apelação Criminal Nº 0204433-97.2023.8.06.0298 - Vara Única Criminal de Tianguá.

Apelante: V. A. de A..

Advogado: José Helter Cardoso de Vasconcelos Júnior (OAB/CE: 17668).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.



Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso do apelante, a fim de afastar a condenação quanto ao crime de perseguição e redimensionar a sanção imposta na origem pelo delito de ameaça para 1 (um) mês e 27 (vinte e sete) dias de detenção, mantidas as demais disposições da sentença, nos termos do voto do Relator.”

116 - Apelação Criminal Nº 0204434-97.2023.8.06.0293 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú.

Apelante: A. M. A. M..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso apelatório, (a) desclassificando a conduta para lesão corporal culposa em contexto de violência doméstica (art. 129, §6º, do CPB c/c art. 7º da Lei n. 11.340/2006) e (b) fixando a pena em 3 (três) meses e 7 (sete) dias de detenção a ser cumprida em (c) regime aberto e (d) substituída por limitação de fim de semana, nos termos do voto do Relator.”

117 - Apelação Criminal Nº 0204798-54.2023.8.06.0298 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral.

Apelante: G. F. de S..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação, nos termos do voto do Relator.”

118 - Apelação Criminal Nº 0205229-82.2023.8.06.0300 - Vara Única Criminal de Maranguape.

Apelante: Alan Sheyfer Arrais Mesquita.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso do apelante, reconhecendo o furto privilegiado e substituindo a pena de reclusão por detenção, nos termos do art. 155, §2º, do CPB, mantidas as demais disposições da sentença, nos termos do voto do Relator.”

119 - Apelação Criminal Nº 0205379-69.2023.8.06.0298 - Vara Única Criminal de Santa Quitéria.

Apelante: E. R. C..

Advogada: Mônica Fernandes Portela (OAB/CE: 34139).

Advogado: Francisco Ari Alves de Moura (OAB/CE: 42568).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso do E. R. C, para NEGAR PROVIMENTO, mantendo a sentença vergastada incólume, nos termos do voto do Relator.”

120 - Apelação Criminal Nº 0205464-39.2024.8.06.0001 - 7ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: João Gabriel Moreira Lima Horácio.

Advogado: José Jairton Bento (OAB/CE: 32223).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de JOÃO GABRIEL MOREIRA LIMA HORÁCIO, para, NEGAR PROVIMENTO, mantendo a sentença vergastada incólume, nos termos do voto do Relator.”

121 - Apelação Criminal Nº 0207946-57.2024.8.06.0001 - 10ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco Isaac Ferreira Andrade.

Apelante: José Leandro Moreira Siqueira.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do recurso, e NEGOU-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”

122 - Apelação Criminal Nº 0208040-05.2024.8.06.0001 - 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Lucas Martins.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU e NEGOU PROVIMENTO ao recurso de apelação, mantida integralmente as disposições da sentença, nos termos do voto do Relator.”

123 - Apelação Criminal Nº 0247375-65.2023.8.06.0001 - 13ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Matheus Vieira de Sousa Martins.

Apelante: Antônio Éverton Ferreira de Castro.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU e NEGOU PROVIMENTO ao recurso do apelante. De ofício, concedeu a



detratação penal, alterando o regime inicial de cumprimento da pena para o semiaberto, nos termos do art. 33, §2º, "c" do CPB e da jurisprudência do STJ, conforme o voto do Relator."

124 - Apelação Criminal Nº 0250108-09.2020.8.06.0001 - 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ítalo Caetano da Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE e DEU PROVIMENTO ao recurso do apelante, desclassificando o crime de tráfico de drogas (art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06) para porte de droga para uso próprio (art. 28 da Lei de Drogas), determinando-se a remessa dos autos aos Juizados Especiais Criminais, nos termos do voto do Relator."

125 - Apelação Criminal Nº 0250111-61.2020.8.06.0001 - 5ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Dayane Viana Pinto.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU e NEGOU PROVIMENTO ao recurso, mantendo *in totum* os fundamentos da sentença objurgada, nos termos do voto do Relator."

126 - Apelação Criminal Nº 0269160-83.2023.8.06.0001 - 10ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: João Victor Araújo da Silva.

Advogado: Miguel Fernandes Pessoa Neto (OAB/CE: 41187).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do recurso de João Victor Araújo da Silva, para, NEGAR PROVIMENTO, mantendo a sentença vergastada incólume, nos termos do voto do Relator."

127 - Apelação Criminal Nº 0270958-79.2023.8.06.0001 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Carlos Andrey Pereira Alves.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao recurso do apelante, absolvendo o réu dos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e corrupção de menores, nos termos do voto do Relator."

128 - Apelação Criminal Nº 0291557-73.2022.8.06.0001 - 10ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Josué Alves da Costa.

Advogado: David de Paula Avelino Barreto (OAB/CE: 37578).

Advogado: José Tiago de Queiroz Mendes Campos (OAB/CE: 46933).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU e NEGOU PROVIMENTO ao recurso, mantendo integralmente as disposições da sentença, nos termos do voto do Relator."

129 - Agravo de Execução Penal Nº 0043627-48.2019.8.06.0001 - 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: Jânio Fábio de Brito Lourenço Sousa.

Advogada: Jacilândia de Sousa Santana Gonzaga (OAB/CE: 50827).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU e NEGOU PROVIMENTO ao agravo de execução, mantendo inalterada a decisão recorrida, nos termos do voto do Relator."

130 - Agravo de Execução Penal Nº 8004557-14.2021.8.06.0001 - 4ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Fortaleza (SEJUD 1º Grau).

Agravante: Weverton Ferreira da Silva.

Advogado: Eric Wesley Silva de Almeida (OAB/CE: 37994).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU e NEGOU PROVIMENTO ao agravo de execução, mantendo inalterada a decisão recorrida, nos termos do voto do Relator."

131 - Apelação Criminal Nº 0000507-24.2018.8.06.0151 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: João Victor de Assis Macedo.

Advogado: Renato Lino de Sousa Neto (OAB/CE: 37555).

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso e lhe negou provimento, nos termos do voto da Relatora".

132 - Apelação Criminal Nº 0001034-21.2021.8.06.0296 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: N. de O. P..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do apelo para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora".

133 - Apelação Criminal Nº 0005645-27.2019.8.06.0089 - Vara Única da Comarca de Icapuí.



Apelante: Willys da Silva.

Defensor dativo: Fellipe Régis Botelho Gomes Lima (OAB/CE: 29406).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso apelatório para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Relatora".

134 - Apelação Criminal Nº 0008631-46.2017.8.06.0081 - 1ª Vara da Comarca de Granja.

Apelante: F. H. de P. S..

Advogado: João Saldanha de Brito Júnior (OAB/CE: 31277).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao recurso da defesa, nos termos do voto da Relatora".

135 - Apelação Criminal Nº 0010757-39.2018.8.06.0112 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Juazeiro do Norte.

Apelante: F. I. B. B..

Advogado: Júlio Mariudedith Saraiva Alves (OAB/CE: 8811).

Advogado: Néelson Gonçalves Macedo Magalhães (OAB/CE: 16650).

Advogado: Severino Saraiva Cavalcante (OAB/CE: 29363).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso apelatório para negar-lhe provimento, mantendo incólume a sentença vergastada, nos termos do voto da Relatora".

136 - Apelação Criminal Nº 0011622-68.2019.8.06.0034 - Vara Única Criminal de Aquiraz.

Apelante: J. N. da R..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do apelo para, na parte conhecida, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora".

137 - Apelação Criminal Nº 0018416-13.2017.8.06.0055 - Vara Única Criminal de Canindé.

Apelante: Auderlano Silvestre Ferreira.

Advogado: Felipe Silva Soares (OAB/CE: 42788).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso apelatório para dar-lhe parcial provimento, reajustando, de ofício, a dosimetria da pena, nos termos do voto da Relatora".

138 - Apelação Criminal Nº 0031651-93.2009.8.06.0001 - Vara de Crimes Contra a Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Masil Torres Pessoa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso ministerial, dando-lhe provimento para reformar a sentença vergastada, afastando a incidência do princípio da insignificância e condenando o réu como incurso nas sanções do art. 1º, inc. V, da Lei Federal nº 8.137/90, à pena de 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, substituindo-se a pena privativa de liberdade aplicada por 2 (duas) penas restritivas de direito a serem determinadas pelo Juízo da Execução, nos termos do voto da Relatora".

139 - Apelação Criminal Nº 0046420-09.2012.8.06.0064 - Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia.

Apelante: Francisco Hiago Sousa Gonçalves.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso e denegou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora".

140 - Apelação Criminal Nº 0056245-94.2021.8.06.0117 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú.

Apelante: D. M. de A..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu e deu provimento ao recurso de defesa para redimensionar as penas impostas ao réu em razão da prática do delito previsto nos arts. 129, §13º, do CP c/c 7º, I, da Lei nº 11.343/2006, nos termos do voto da Relatora".

141 - Apelação Criminal Nº 0113247-21.2017.8.06.0001 - 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Francisco Ricardo Brito Alves.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.



Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para denegar-lhe provimento, mantendo a sentença absolutória, nos termos do voto da Relatora”.

142 - Apelação Criminal Nº 0118982-98.2018.8.06.0001 - 6ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco de Assis Silva Moreira.

Advogado: Waldyr Francisco dos Santos Sobrinho (OAB/CE: 29442).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao recurso proposto, nos termos do voto da Relatora”.

143 - Apelação Criminal Nº 0147090-40.2018.8.06.0001 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: J. C. F. G..

Advogado: Jair Célio Moreira Júnior (OAB/CE: 21215).

Advogado: Jair Célio Moreira (OAB/CE: 16363).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do apelo para negar-lhe provimento, decotando-se, de ofício, a pena de multa aplicada na instância a quo, nos termos do voto da Relatora”.

144 - Apelação Criminal Nº 0176976-84.2018.8.06.0001 - 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Orleandro de Abreu.

Advogado: Francisco Salviano Rodrigues Cassemiro (OAB/CE: 29201).

Advogado: Felipe Medeiros Freitas (OAB/CE: 32506).

Apelante: Sidney de Araújo do Nascimento.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos recursos e negou provimento ao apelo do réu Sidney de Araújo do Nascimento e proveu a apelação de Orleandro de Abreu, para desclassificar a conduta de tráfico para a de uso de droga, prevista no art. 28 da Lei 11.343/2006, estendendo a decisão, de ofício, ao correcorrente e, por consequência, declarar extinta a punibilidade dos apelantes com base no art. 30 da Lei 11.343/2006, nos termos do voto da Relatora”.

145 - Apelação Criminal Nº 0200033-87.2022.8.06.0035 - Vara Única Criminal de Aracati.

Apelante: F. de A. R. F..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso apelatório para negar-lhe provimento, mantendo incólume a sentença Vergastada, nos termos do voto da Relatora”.

146 - Apelação Criminal Nº 0200102-09.2022.8.06.0298 - Vara Única da Comarca de Irauçuba.

Apelante: Luís Henrique Leitão Silva Pinto.

Advogada: Evelyne Araújo de Castro (OAB/CE: 33965).

Apelante: Romário da Silva Pinto.

Defensor dativo: Lucas de Sousa Araújo (OAB/CE: 41645).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos recursos de apelação para dar-lhes parcial provimento, nos termos do voto da Relatora”.

147 - Apelação Criminal Nº 0200202-61.2022.8.06.0298 - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Sobral.

Apelante: F. A. D. L..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso e denegou-lhe provimento, mantendo integralmente a sentença, nos termos do voto da Relatora”.

148 - Apelação Criminal Nº 0200308-40.2022.8.06.0163 - 1ª Vara da Comarca de São Benedito.

Apelante: F. I. G. P..

Advogado: Luiz Joviniano Gomes Neto (OAB/CE: 4291).

Advogada: Karine Maria Monte de Sousa (OAB/CE: 51860).

Advogada: Luana Ferreira de Oliveira Aragão (OAB/CE: 50027).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora”.

149 - Apelação Criminal Nº 0200576-92.2022.8.06.0293 - Vara Única Criminal de Itapipoca.

Apelante: M. P. V. R..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.



Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e deu provimento ao recurso, no sentido de redimensionar a pena aplicada ao recorrente, nos termos do voto da Relatora”.

150 - Apelação Criminal Nº 0201790-69.2023.8.06.0298 - 1ª Vara da Comarca de Acaraú.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelada: Maria Juliana Araújo.

Apelado: José Ribamar Nascimento Rodrigues.

Advogado: Júlio Bernardino da Silva Neto (OAB/CE: 31726).

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

151 - Apelação Criminal Nº 0202132-32.2022.8.06.0293 - Vara Única Criminal de Itapipoca. Apelante: Marcos Rhonnielly Silva Santos.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso. Outrossim, por ato de ofício, redimensionou as sanções impostas, cabendo ao apelante o cumprimento de um ano e dois meses de reclusão, cumulado o pagamento de dez dias-multa, e de um mês e cinco dias de detenção, fixado o regime inicialmente semiaberto para o início da execução, nos termos do voto da Relatora”.

152 - Apelação Criminal Nº 0202663-03.2023.8.06.0029 - Vara Única Criminal de Acopiara.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelada: V. S. da S. T..

Apelado: A. E. A. de S..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso e deu-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

153 - Apelação Criminal Nº 0203241-60.2022.8.06.0300 - Vara Única Criminal de Aracati.

Apelante: Estefânio Pinto Rodrigues Filho.

Advogada: Kilviane Alexandre Santos Silva (OAB/CE: 42690).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e deu parcial provimento ao recurso tão somente para redimensionar a pena do crime de tráfico de drogas, nos termos do voto da Relatora”.

154 - Apelação Criminal Nº 0203632-21.2022.8.06.0298 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral.

Apelante: Félix Pires da Conceição.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso de apelação para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

155 - Apelação Criminal Nº 0205443-73.2023.8.06.0300 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Francisco Fernando Pessoa Cavalcante.

Apelado: João Carlos Sousa.

Advogada: Ana Flávia Martins Braga da Silva (OAB/CE: 40609).

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso apelatório interposto pelo Ministério Público para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

156 - Apelação Criminal Nº 0205923-09.2022.8.06.0293 - Vara Única da Comarca de Ubajara.

Apelante: Iago dos Santos Rafael.

Defensor dativo: José Humberto Batista da Silva Júnior (OAB/CE: 45138).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso de apelação para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

157 - Apelação Criminal Nº 0206187-58.2024.8.06.0001 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Júlio César de Lima.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da apelação criminal e denegou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

158 - Apelação Criminal Nº 0226402-94.2020.8.06.0001 - 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: J. R. A. e S..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.



Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso de apelação para dar-lhe parcial provimento, modificando tão somente o regime inicial de cumprimento de pena do fechado para o aberto, nos termos do voto da Relatora”.

159 - Apelação Criminal Nº 0233417-12.2023.8.06.0001 - 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Felipe Eduardo de Souza Martins.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da apelação criminal e denegou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

160 - Apelação Criminal Nº 0235414-30.2023.8.06.0001 - 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: David Meireles Batista.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao recurso interposto, nos termos do voto da Relatora”.

161 - Apelação Criminal Nº 0248557-91.2020.8.06.0001 - 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Éltton Alves de Sousa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, acolheu a preliminar de prescrição para decretar a extinção da punibilidade do recorrente em relação aos crimes de desobediência (art. 330 do Código Penal) e de dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida habilitação (art. 309 da Lei nº 9.503/1997) e dar parcial provimento ao recurso para promover ajuste na pena-base, contudo mantendo-a acima do patamar mínimo legal, nos termos do voto da Relatora”.

162 - Apelação Criminal Nº 0249728-83.2020.8.06.0001 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: F. R. da S..

Advogada: Verônica do Amaral Madeiro Batista (OAB/CE: 4950).

Advogada: Maria Helena dos Santos Brasil (OAB/CE: 4925).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Assistente: L. R. N. de O. B..

Advogada: Anna Virgínia Pereira Lemos de Freitas (OAB/CE: 39799).

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do apelo para negar-lhe provimento, mantendo a condenação *in totum*, nos termos do voto da Relatora”.

163 - Apelação Criminal Nº 0253721-32.2023.8.06.0001 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Edson Carlos Moura de Menezes.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora”.

164 - Apelação Criminal Nº 0268826-49.2023.8.06.0001 - 10ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Rafael Estêvão de Freitas.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao recurso. Outrossim, por ato de ofício, procedeu ao redimensionamento da pena finalmente imposta, cabendo-lhe o cumprimento cabendo-lhe então o cumprimento 08 (oito) anos, 07 (sete) meses e 13 (treze) dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, nos termos do voto da Relatora”.

165 - Apelação Criminal Nº 0273909-46.2023.8.06.0001 - 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco Romário Mendes da Silva.

Apelante: Joelyson Pereira Pessoa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso de apelação para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Relatora”.

166 - Apelação Criminal Nº 0274261-04.2023.8.06.0001 - 6ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Lindemberg Vieira da Silva.

Apelante: João Vitor Pereira Jardim.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao recurso. Outrossim, por ato de ofício, procedeu ao



redimensionamento da pena imposta a JOÃO VITOR PEREIRA JARDIM, cabendo-lhe o cumprimento de cinco anos e quatro meses de reclusão em regime semiaberto, nos termos do voto da Relatora”.

167 - Apelação Criminal Nº 0280443-06.2023.8.06.0001 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Adail José Viana Lima.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso e lhe negou provimento, nos termos do voto da Relatora”.

168 - Apelação Criminal Nº 0283009-59.2022.8.06.0001 - 5ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Deyson Clesley Salviano Carneiro.

Apelante: José Elias Reis do Nascimento.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, acolheu as preliminares de nulidade suscitadas pelos recorrentes para absolvê-los do delito tipificado no artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006, nos termos do art. 386, II, do Código de Processo Penal, julgando prejudicado o exame dos demais tópicos do recurso, nos termos do voto da Relatora”.

169 - Apelação Criminal Nº 0741846-23.2014.8.06.0001 - 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco Lindemberg Freitas de Oliveira.

Advogado: Márcio Borges de Araújo (OAB/CE: 18920).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

170 - Agravo de Execução Penal Nº 0001690-27.2019.8.06.0173 - 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: Arnóbio Oliveira Fonteles.

Advogado: Marcondes José Saraiva de Aguiar (OAB/CE: 18413).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente agravo de execução penal para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

171 - Agravo de Execução Penal Nº 0002962-30.2019.8.06.0117 - 2ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: Marcos Antônio dos Santos.

Advogada: Samila Rita Gomes Quintela (OAB/CE: 31091).

Advogado: Jean Jackson de Oliveira Sampaio (OAB/CE: 43743).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso e para denegar-lhe provimento, mantendo a decisão, nos termos do voto da Relatora”.

172 - Agravo de Execução Penal Nº 0047918-80.2016.8.06.0071 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Crato.

Agravante: Ivan Carlos de Oliveira.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente agravo de execução penal, para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

173 - Agravo de Execução Penal Nº 8001520-76.2021.8.06.0001 - 4ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Fortaleza (SEJUD 1º Grau).

Agravante: Francisco Anderson Carvalho Costa.

Advogado: Michel Costa Castelo Branco Rayol (OAB/CE: 20145).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e denegou provimento ao presente Agravo em Execução, nos termos do voto da Relatora”.

174 - Agravo de Execução Penal Nº 8003754-60.2023.8.06.0001 - 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Agravado: Antônio Edélson Silva Assunção.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente agravo de execução penal, para dar-lhe provimento, reformando a decisão atacada, nos termos do presente voto, tudo em conformidade com o voto da Relatora”.

175 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0065294-48.2017.8.06.0167 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral.

Recorrente: João Cláudio Silva de Almeida.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

176 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0200289-70.2022.8.06.0151 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá.

Recorrente: Arlindo Lima de Oliveira.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.



Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

177 - Apelação Criminal Nº 0000389-87.2011.8.06.0185 - Vara Única da Comarca de Nova Olinda.

Apelante: Antônio Lopes da Silva Santos.

Defensor dativo: Wellington Ribeiro Araruna (OAB/CE: 45842).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, mantendo todos os termos da sentença ora Vergastada, nos termos do voto da Relatora”.

178 - Apelação Criminal Nº 0008797-21.2016.8.06.0176 - Vara Única da Comarca de Ubajara.

Apelante: Edérson César Pereira.

Advogado: David Fernandes Sousa Portela (OAB/CE: 23299).

Advogada: Anna Karolinne Brito de Souza Portela (OAB/CE: 45846).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de apelação interposto e NEGOU-LHE PROVIMENTO, mantendo integralmente a sentença recorrida, nos termos do voto da Relatora”.

179 - Apelação Criminal Nº 0012494-25.2017.8.06.0173 - Vara Única Criminal de Tianguá.

Apelante: Ronilson Fidélis de Sousa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, mantendo todos os termos da sentença ora Vergastada, nos termos do voto da Relatora”.

180 - Apelação Criminal Nº 0025520-55.2011.8.06.0091 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Ruberlânio Pereira Freire.

Advogado: Ivan Alves da Costa (OAB/CE: 5956).

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão combatida, nos termos do voto da Relatora”.

181 - Apelação Criminal Nº 0062701-98.2016.8.06.0064 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: Alysson Timotio de Souza.

Advogado: Renato Torres de Melo (OAB/CE: 32417).

Advogado: Levy Rangel Matias (OAB/CE: 29468).

Apelante: Brendo Washington Oliveira Arruda.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos recursos para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo integralmente a sentença ora vergastada, nos termos do voto da Relatora”.

182 - Apelação Criminal Nº 0105711-85.2019.8.06.0001 - 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Thalys Alves Santana.

Advogado: Mauro Júnior Rios (OAB/CE: 5714).

Advogado: José Rodrigo Muniz Silveira (OAB/CE: 40553).

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de apelação interposto e NEGOU-LHE PROVIMENTO, mantendo integralmente a sentença de primeiro grau, nos termos do voto da Relatora”.

183 - Apelação Criminal Nº 0111740-54.2019.8.06.0001 - 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Paulo Ricardo de Lima.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a sentença ora vergastada, nos termos do voto da Relatora”.

184 - Apelação Criminal Nº 0185893-29.2017.8.06.0001 - 4ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Rafael Rocha de Sousa.

Advogado: Igor Bento de Oliveira (OAB/CE: 38195).

Apelado: Israel da Silva Andrade.

Apelado: Francisco Ederson Sampaio Uchôa.

Advogado: Cláudio Pacheco Campêlo (OAB/CE: 37342).

Apelado: Edinardo de Abreu Braga.

Apelado: Edgar de Abreu Braga.

Advogado: Francisco Fernando Castro Saraiva Leão (OAB/CE: 5870).

Apelado: Tiago Aguiar de Souza.

Apelado: Paulo Henrique Monteiro de Lima.



Apelado: Elenilson Germano Beviláqua.

Apelado: Antônio Wallyson Felipe dos Santos.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, mantendo incólume a sentença recorrida, nos termos em que foi proferida, nos termos do voto da Relatora.”

185 - Apelação Criminal Nº 0200596-28.2023.8.06.0300 - Vara Única da Comarca de Pindoretama.

Apelante: Leilson Soares de Araújo.

Advogado: Luiz Paulo Lima Cavalcante (OAB/CE: 28566).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, mantendo todos os termos da sentença ora vergastada, nos termos do voto da Relatora”.

186 - Apelação Criminal Nº 0200799-45.2022.8.06.0293 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Crato.

Apelante: Paulo Henrique Pereira.

Advogado: José Flávio Dionísio Santana (OAB/CE: 15458).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo todos os termos da sentença ora vergastada, nos termos do voto da Relatora”.

187 - Apelação Criminal Nº 0200958-33.2023.8.06.0299 - Vara Única Criminal de Cratêus.

Apelante: Larilson de Almeida Araújo.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de apelação interposto e NEGOU-LHE PROVIMENTO, mantendo integralmente a sentença recorrida, nos termos do voto da Relatora”.

188 - Apelação Criminal Nº 0205212-04.2022.8.06.0293 - Vara Única da Comarca de Jaguaratama.

Apelante: Francisco Neclison Rodrigues Lima.

Advogado: Francisco Tadeu de Oliveira Costa Filho (OAB/PE: 31685).

Apelante: Luzimilton Silva do Nascimento.

Advogada: Débora Simone Bezerra Cordeiro (OAB/CE: 36648).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE dos recursos de apelação para, na parcela cognoscível, DAR-LHES PROVIMENTO, reformando a sentença condenatória para fins de absolver os réus por ausência de provas suficientes para a condenação, em observância ao consagrado princípio do *in dubio pro reo*, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Expeça-se o competente alvará de soltura em favor do recorrente Francisco Neclison Rodrigues Lima, salvo se houver outro motivo que justifique sua manutenção em prisão. Comunique-se, de imediato, ao Juízo da execução o inteiro teor desta decisão, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 113/2010 do CNJ. nos termos do voto da Relatora”.

189 - Apelação Criminal Nº 0274362-12.2021.8.06.0001 - 7ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Gean Soares de Oliveira.

Apelante: Antônio Gilmauro Batista Ramalho.

Advogado: Júlio César Santana Santos (OAB/CE: 37722).

Advogada: Sandra Freire de Queiroz (OAB/CE: 40188).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de apelação interposto e NEGOU-LHE PROVIMENTO, mantendo integralmente a sentença recorrida, nos termos do voto da Relatora”.

190 - Apelação Criminal Nº 0280492-81.2022.8.06.0001 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Emanuel Cumaru da Silva.

Apelante: Francisco Nacelio de Oliveira Fernandes.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo todos os termos da sentença ora vergastada, nos termos do voto da Relatora”.

191 - Apelação Criminal Nº 0282536-39.2023.8.06.0001 - 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Márcio Emanuel Tavares da Costa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do presente recurso de apelação, para NEGAR-LHE provimento, mantendo inalterada a sentença condenatória, nos termos do voto da Relatora”.

192 - Agravo de Execução Penal Nº 0012272-54.2018.8.06.0001 - 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: Ministério Público do Estado do Ceará.



Agravado: Mário Wellerson Moura Lopes.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo o entendimento firmado pelo Juízo *a quo*, nos termos do voto da Relatora”.

193 - Agravo de Execução Penal Nº 8003328-48.2023.8.06.0001 - 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Agravado: José Luis Menezes de Sousa.

Advogado: Manoel Abílio Lopes (OAB/CE: 29431).

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente recurso para negar-lhe provimento, mantendo hígida a decisão vergastada, nos termos do voto da Relatora”.

194 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0002536-30.2014.8.06.0105 - Vara Única Criminal de Canindé.

Recorrente: Jaílton Sales Sousa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente Recurso em Sentido Estrito para negar-lhe provimento, mantendo hígida a sentença de pronúncia, nos termos do voto da Relatora”.

195 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0018087-22.2024.8.06.0001 - 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará.

Recorrido: José Willian Silva Leão.

Advogado: Paulo César Barbosa Pimentel (OAB/CE: 9165).

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente recurso para negar-lhe provimento, mantendo hígida a decisão recorrida, nos termos do voto da Relatora”.

196 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0202110-07.2023.8.06.0303 - Vara Única da Comarca de Capistrano.

Recorrente: José Barrozo Freitas.

Advogado: Filipe Duarte Pinto Castelo Branco (OAB/CE: 35021).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, mantendo hígida a sentença de pronúncia, nos termos do voto da Relatora”.

197 - Apelação Criminal Nº 0002308-72.2019.8.06.0075 - Vara Única Criminal de Eusébio.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Vanielto Ferreira do Nascimento.

Advogado: Francisco Sérgio Barros Onofre Filho (OAB/CE: 27109).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente Apelação Criminal, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”

198 - Apelação Criminal Nº 0006627-73.2006.8.06.0064 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: Roque Vieira Silva.

Advogado: Antônio Azevedo Vieira Filho (OAB/CE: 17466).

Advogado: Tiago Wellington Vidal Azevedo (OAB/CE: 32558).

Advogada: Luma Vidal Azevedo (OAB: 34348/CE).

Apelante: Joacilio Pimentel Batista.

Advogada: Vitoria Melba de Moraes Benevides Menezes (OAB/CE: 14881).

Apelante: Moésio de Almeida Queiroz.

Advogado: José Wilton Delfino de Souza (OAB/CE: 28597).

Advogado: Francisco Guilherme da Silva Neto (OAB/CE: 29630).

Apelante: Anderson Alves Silva Lourenço.

Advogado: Ricardo Augusto Lima Araújo (OAB/CE: 14775).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da Apelação Criminal interposta por Roque Vieira Silva, Joacilio Pimentel Batista e Moésio de Almeida Queiroz, para negar-lhes provimento, e conheceu do apelo de Anderson Alves Silva Lourenço, para dar-lhe parcial provimento, e declarou extinta a sua punibilidade após redução da pena imposta. Comunique-se imediatamente ao juízo da execução o inteiro teor desta decisão, nos termos do parágrafo único do art. 1º, da Resolução n. 113/2010, do Conselho Nacional de Justiça, tudo em conformidade com o voto do Relator”.

199 - Apelação Criminal Nº 0010074-63.2020.8.06.0069 - Vara Única da Comarca de Coreaú.

Apelante: Antônio Gomes de Araújo.

Defensor dativo: Emanuel Teles de Sousa Mascarenhas (OAB/CE: 36152).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente apelação criminal, para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator”.

200 - Apelação Criminal Nº 0010357-07.2020.8.06.0160 - Vara Única Criminal de Santa Quitéria.

Apelante: S. P. S..

Advogado: Antônio Narciso Varela Mororó (OAB/CE: 12657).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.



Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente Apelação Criminal, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator”.

201 - Apelação Criminal Nº 0014493-78.2018.8.06.0140 - Vara Única da Comarca de Paracuru.

Apelante: Luís Evilásio da Silva Farias.

Advogada: Maria de Lourdes Agostinho Bernardo de Oliveira (OAB/CE: 10706).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, não conheceu da presente Apelação Criminal, nos termos do voto do Relator”.

202 - Apelação Criminal Nº 0031186-73.2020.8.06.0171 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Tauá.

Apelante: G. P. G..

Advogado: Luís Fernando Ferreira Britto (OAB/MG 201686).

Advogado: Sérgio Marcos Vaz Virgulino (OAB/MG 141197).

Advogado: Gustavo Carrilho Castro (OAB/MG 201845).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU, em parte, do recurso, para, na parte conhecida, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator”.

203 - Apelação Criminal Nº 0200580-14.2022.8.06.0299 - Vara Única Criminal de Crateús.

Apelante: Antônio Mauricélio Alves Bezerra.

Advogado: Flávio Barboza Matos (OAB/CE 28410).

Apelante: Lucas Macedo de Souza.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente Apelação Criminal, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, com reforma da sanção aplica ao réu Antônio Mauricélio Alves Bezerra para 04 (quatro) anos e 03 (três) meses de reclusão, mais o pagamento de 11 (onze) dias-multa, a ser cumprido em regime inicialmente semiaberto, e para o réu Lucas Macedo de Sousa, a pena de 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, mais o pagamento de 12 (doze) dias-multa. Comunique-se imediatamente ao Juízo das Execuções Penais competente, o inteiro teor desta decisão, acerca das reformas realizadas na sanção imposta ao recorrente, nos termos do parágrafo único do art. 1º, da Resolução nº 113/2010, do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto do Relator”.

204 - Apelação Criminal Nº 0202519-76.2024.8.06.0293 - Vara Única da Comarca de Milagres.

Apelante: G. de A. P..

Defensor dativo: Francisco de Assis Feitosa Júnior (OAB/CE 38978).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator”.

205 - Apelação Criminal Nº 0272207-02.2022.8.06.0001 - 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: F. C. da S. V..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente Apelação Criminal, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator”.

206 - Apelação Criminal Nº 0275971-59.2023.8.06.0001 - 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Otaciano da Silva Costa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator”.

207 - Apelação Criminal Nº 0283226-05.2022.8.06.0001 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: J. W. R. da S..

Advogado: Pablo Jorge Aguiar do Rego (OAB/CE 31293).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator”.

208 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0201741-67.2023.8.06.0091 - 2º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Iguatu.

Recorrente: Maria Sayonara Lopes Medeiros. Recorrente: Raimundo Beserra De Lima.

Recorrente: Pablo Campos de Oliveira.

Advogado: Pedro Diógenes Lima Cavalcante (OAB/CE: 16973).

Advogada: Mayara Bernardes Antero (OAB/CE: 23604).

Advogado: Cícero Deillyson Lima Vieira (OAB/CE: 31649).



Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo inalterada a decisão atacada, nos termos do voto do Relator”.

209 - Apelação Criminal Nº 0000203-87.2019.8.06.0216 - 1ª Vara da Comarca de Uruburetama.

Apelante: Lucas Nascimento de Araújo.

Defensor dativo: José Ribamar Júnior (OAB/CE 44735).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, condenando o Estado do Ceará ao pagamento dos honorários advocatícios recursais arbitrados, nos termos do voto da Relatora”.

210 - Apelação Criminal Nº 0000209-72.2019.8.06.0191 - 1ª Vara da Comarca de Solonópole.

Apelante: Marlucio Filinto da Silva.

Advogado: José Aleixon Moreira de Freitas (OAB/CE: 28119A).

Advogado: Paulo Renato de Sousa (OAB/CE: 23284).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de Apelação Criminal interposto para NEGAR-LHE PROVIMENTO, a fim de manter a sentença recorrida, nos termos do voto da Relatora”.

211 - Apelação Criminal Nº 0047420-92.2016.8.06.0035 - Vara Única Criminal de Aracati.

Apelante: Luciane de Lima Ferreira.

Advogado: Walnei Machado de Castro (OAB/CE: 5386).

Advogado: Lucas Moreira de Castro (OAB/CE: 37123).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu o Recurso Apalatório e, ao fim, negou-lhe provimento, com a manutenção integral do Édito de 1º Grau, nos termos do voto da Relatora”.

212 - Apelação Criminal Nº 0050246-06.2021.8.06.0136 - 1ª Vara da Comarca de Pacajus.

Apelante: Jucelino Raiel Otaviano Costa.

Advogado: Douglas Gomes de Miranda (OAB/CE: 42455).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de Apelação Criminal interposto para NEGAR-LHE PROVIMENTO, porém, de ofício, redimensionar exclusivamente a pena do delito do art. 329 do CP para 4 (quatro) meses e 22 (vinte e dois) dias de detenção em regime inicial aberto, nos termos do voto da Relatora”.

213 - Apelação Criminal Nº 0050599-89.2021.8.06.0154 - 1ª Vara da Comarca de Quixeramobim.

Apelante: A. M. G. de S..

Advogado: Devgi Bruno de Sousa Teixeira (OAB/CE 28804).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso interposto para, na parte conhecida, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a sentença em todos os seus Termos, tudo em conformidade com o voto da Relatora”.

214 - Apelação Criminal Nº 0050641-22.2021.8.06.0031 - Vara Única da Comarca de Alto Santo.

Apelante: Pedro Henrique da Silva.

Advogado: Pedro Henrique da Silva (OAB/CE: 40873).

Apelado: Estado do Ceará. Procurador:

Procuradoria Geral do Estado do Ceará.

Réu: Vitor Daniel Pereira da Silva.

Réu: Marcos Henrique Roque de Souza.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, majorando o quantum aplicado a título de verba honorária, a qual resultou em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do voto da Relatora”.

215 - Apelação Criminal Nº 0050704-27.2021.8.06.0167 - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Sobral.

Apelante: F. J. dos S. S..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, redimensionando a pena relativa ao delito previsto no art. 24-A da Lei nº 11.340/06 para 10 (dez) meses e 24 (vinte e quatro) dias de detenção, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, mantida a condenação nos termos da Sentença quanto ao delito do art. 147 do Código Penal c/c o art. 7º, II, da Lei nº 11.340/06, nos termos do voto da Relatora”.

216 - Apelação Criminal Nº 0158278-98.2016.8.06.0001 - Fortaleza/4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas.

Apelante: Ronald Pinto dos Santos.

Advogada: Juliane Karen Castro Nobre (OAB/CE 37316).

Apelante: Osnildo dos Santos.

Advogado: Cayo Luiz Lourenço Ribeiro (OAB/CE 31754).



Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu, parcialmente, do Recurso manejado pelo Acusado Osnildo dos Santos e conheceu, totalmente, do Recurso manejado pelo Acusado Ronald Pinto dos Santos e, ao fim, na extensão possível, concedeu provimento, com a absolvição de ambos, nos termos do voto da Relatora”.

217 - Apelação Criminal Nº 0200625-35.2024.8.06.0303 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Gelden Moraes Mendes.

Advogada: Thaianne Casseb da Silva (OAB/CE: 23503).

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de Apelação Criminal interposto para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a sentença absolutória incólume, nos termos do voto da Relatora”.

218 - Apelação Criminal Nº 0231152-42.2020.8.06.0001 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: C. A. da C. L..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu o Recurso Apalatório e, ao fim, nega-lhe provimento, com a manutenção do Édito de 1º Grau, nos termos do voto da Relatora”.

219 - Apelação Criminal Nº 0252704-58.2023.8.06.0001 - 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Antônio Marcos de Sousa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto por Antônio Marcos de Sousa, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, a fim de alterar a pena aplicada pelo juízo *a quo*, que passa a ser de 10 (dez) anos de reclusão, e 742 (setecentos e quarenta e dois) dias-multa, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos no art. 33, da Lei nº 11.343/2006, e art. 14, da Lei nº 10.826/2003, nos termos do voto da Relatora”.

220 - Agravo de Execução Penal Nº 8004110-55.2023.8.06.0001 - 4ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Fortaleza (SEJUD 1º Grau).

Agravante: Joaquim Alves da Cruz Neto.

Advogado: Mauro Júnior Rios (OAB/CE: 5714).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Agravo em Execução Penal, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão que indeferiu o pedido de trabalho externo formulado pelo agravante, nos termos do voto da Relatora”.

221 - Apelação Criminal Nº 0210839-89.2022.8.06.0001 - Vara Única Criminal de Eusébio.

Apelante: J. C. dos S. F..

Advogado: Ronald Pereira Rodrigues (OAB/CE: 41679).

Apelado: I. E. C. de S..

Advogado: Susy Kelly Ferreira Campos (OAB/CE: 47763).

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU e NEGOU PROVIMENTO ao recurso, mantendo as medidas protetivas de urgência fixadas em desfavor do recorrente, nos termos do voto do Relator.”

Em tempo: Sustentação Oral realizada pela Dra. Evanile de Paula Aguiar, no tempo regimental, seguida de manifestação oral do douto Procurador de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

222 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632615-15.2024.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Cruz

Impetrante: Pedro Augusto Miranda de Almeida

Impetrante: Carolina de Brito Canedo Guimarães,

Impetrante: Maria Eduarda Camargo Santana Pereira,

Paciente: Waldir Félix Correa Júnior

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Cruz

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente o presente *mandamus*, para na extensão conhecida denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora”.

Em tempo: Sustentação Oral realizada pela Dra. Maria Eduarda Camargo Santana Pereira, no tempo regimental, seguida de manifestação oral do douto Procurador de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

223 - Habeas Corpus Criminal Nº 0632337-14.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Pacajus

Impetrante: Elison Rodrigo Albano Ferreira

Paciente: João Vitor Pereira do Nascimento

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pacajus

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente o presente *mandamus* e, na extensão conhecida denegou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

Em tempo: Sustentação ora realizada pelo Dr. Elison Rodrigo Albano Ferreira, no tempo regimental, seguida de manifestação oral do douto Procurador de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

224 - Apelação Criminal Nº 0206105-58.2023.8.06.0293 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá



Apelante: E. R. N.

Advogado: José Carneiro Rangel Júnior

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”

Em Tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. José Carneiro Rangel Júnior, no tempo regimental, seguida de manifestação oral do douto Procurador de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

225 - Apelação Criminal N.º 0050397-91.2018.8.06.0001 – Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Apelante: Francisca Marcilene Teixeira Perdigão

Advogado: Marciano Barros Viana

Apelante: Luciene Casusa do Nascimento

Defensoria Pública do Estado do Ceará

Apelante: Fábio da Silva

Advogado: João Alfredo Carneiro de Moraes

Apelante: Maria das Graças Teixeira Freitas

Apelante: Pedro Éder Freitas Teixeira

Advogado: Sílvio Vieira da Silva

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará

Corréu: Eliádila Mariano Marques

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU dos recursos de apelação interpostos para, acolhendo a preliminar de nulidade da sentença por estar amparada em prova ilícita, arguida no apelo interposto por Fábio da Silva, anular a sentença condenatória e absolver os réus por ausência de provas suficientes para a condenação, em observância ao consagrado princípio do in dubio pro reo, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal, restando prejudicada a análise da demais teses arguidas. Expedindo-se com urgência, o alvará de soltura em favor dos recorrentes que deverão ser colocados em liberdade se por outro motivo não estiverem presos, nos termos do voto da Relatora.”

Em tempo: Sustentação Oral dispensada pelo advogado, Dr. Sílvio Vieira da Silva, em razão do recurso haver sido prejudicado.

226 - Apelação Criminal N.º 0041265-83.2013.8.06.0001 - 13ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Assistente/Ape: Wilson Saturnino da Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Eduardo Temóteo de Castro.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Júlio César Serafim.

Advogado: Anderson da Silveira Serafim (OAB/CE: 33386).

Apelado: Marcelo Mitoso Barreira.

Advogado: Waldir Xavier de Lima Filho (OAB/CE: 10400).

Advogado: Gleidson Rolimberg Benevides Martins (OAB/CE: 17827).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso e NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a sentença, nos termos do voto do Relator.”

Em Tempo: Sustentação oral realizada pela Defensoria Pública do Estado do Ceará, representada pelo Dr. Antônio Coelho Filho, seguida de manifestação oral do douto Procurador de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos, seguida de sustentação oral realizada pelo Dr. Ismael Alves Lopes durante o tempo regimental.

227 - Apelação Criminal N.º 0200069-36.2024.8.06.0302 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu.

Apelante: Leonardo Alves Lavor da Costa.

Advogada: Márcia Rúbia Batista Teixeira (OAB/CE: 27382).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “Turma, por unanimidade, em consonância com o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, conheceu e deu parcial provimento à apelação para modificar e ajustar a pena-base aplicada ao recorrente. Comunicando-se, imediatamente, ao juízo da execução o inteiro teor desta decisão, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 113 do CNJ, nos termos do voto da Relatora.”

Em Tempo: Sustentação Oral prejudicada em razão da ausência da advogada – Dra. Márcia Rúbia Batista Teixeira.

228 - Habeas Corpus Criminal N.º 0633147-86.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Pacatuba

Impetrante: Caio Vinícius Duarte Rodrigues

Paciente: João Victor da Cunha Viana

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pacatuba

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente da impetração para, na extensão cognoscível, denegar-lhe, nos termos do voto da Relatora”.

229 - Apelação Criminal N.º 0208865-80.2023.8.06.0001 – 10.ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Apelante: Humberto Augusto Rodrigues Ferreira

Defensoria Pública do Estado do Ceará



Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Revisora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso apelatório, reduzindo a pena do crime de lesão corporal para 3 (três) anos de detenção, nos termos do voto do Relator.”

230 - Agravo de Execução Penal N.º 0007937-64.2019.8.06.0095 – 2ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Agravante: Ministério Público do Estado do Ceará

Agravado: Francisco de Assis Dias

Advogado: Sharlys Michael de Sousa Lima Aguiar

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por maioria, conheceu do recurso e deu-lhe provimento do presente agravo, determinando a expedição de novo Relatório de Situação Processual Executória (RESPE), a fim de que conste como a data-base para fins de progressão de regime a primeira prisão, vedando-se a consideração do tempo de liberdade provisória como pena cumprida, nos termos do voto do Relator.”

Em tempo: a Exma. Sra. Desa. Lira Ramos De Oliveira apresentou voto divergente.

Total de processos efetivamente julgados: 230

PEDIDO DE VISTA:

01) - Adiado o julgamento da **Habeas Corpus Criminal N.º 0630929-85.2024.8.06.0000** de relatoria da Exma. Sra. Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após o voto da Eminente Relatora pelo não conhecimento do Habeas Corpus Criminal, a Exma. Sra. Desa. Lira Ramos de Oliveira, pediu vista dos autos para melhor exame da matéria. Adiado o julgamento.

02) - Adiado o julgamento do **Apelação Criminal N.º 0205982-39.2023.8.06.0300** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto, vez que após anunciado o presente processo, a Eminente Desembargadora Lira Ramos de Oliveira determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (01/10/2024).

03) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0230279-42.2020.8.06.0001** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto, vez que após o voto do Eminente Relator pelo conhecimento e provimento do recurso da defesa e conhecimento e improvimento do recurso da apelação, a Exma. Sra. Desa. Lira Ramos de Oliveira pediu vista dos autos para melhor exame da matéria.

04) - Adiado o julgamento do **Recurso em Sentido Estrito N.º 0201770-84.2023.8.06.0296** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após a realização de sustentação oral pelo Dr. Paulo César Barbosa Pimentel, seguida de manifestação oral do douto Procurador de Justiça e o voto do Eminente Relator pelo improvimento do recurso, o Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto pediu vista dos autos para melhor exame da matéria, considerando as argumentações levantadas pelo patrono do apelante.

ADIADO:

01) - Adiado o julgamento do **Habeas Corpus Criminal N.º 0632492-17.2024.8.06.0000** de relatoria da Exma. Sra. Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, a Eminente Desembargadora Relatora determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (01/10/2024).

02) - Adiado o julgamento da **Agravo de Execução Penal N.º 8006050-55.2023.8.06.0001** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após anunciado o presente processo, o Eminente Desembargador Relator determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (01/10/2024).

03) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0204131-68.2023.8.06.0298** de relatoria da Exma. Sra. Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, a Eminente Desembargadora Relatora determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (01/10/2024).

04) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0206115-05.2023.8.06.0293** de relatoria da Exma. Sra. Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, a Eminente Desembargadora Relatora determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (01/10/2024).

05) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0268707-88.2023.8.06.0001** de relatoria da Exma. Sra. Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, a Eminente Desembargadora Relatora determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (01/10/2024).

06) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0293502-95.2022.8.06.0001** de relatoria da Exma. Sra. Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, a Eminente Desembargadora Relatora determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (01/10/2024).

RETIRADO DE MESA/PAUTA:

REGISTROS/CONSIGNAÇÕES

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 17h25min, do que para constar eu, César Augusto Rocha de Lima, matrícula 51791, digitei a presente ata. Subscribo e assino: _____ Larissa Sales Sacramento – Matrícula 51444 – Coordenadora da Primeira Câmara Criminal. Conforme: _____ Desembargador Mário Parente Teófilo Neto – Presidente da Primeira Câmara Criminal do E. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Bela. LARISSA SALES SACRAMENTO

Coordenadora da 1ª Câmara Criminal

Matrícula 51444 TJCE

2ª Câmara Criminal